



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR NO BRASIL

Cílson César Fagiani¹

cilsoncf@gmail.com

Universidade de Uberaba – UNIUBE – Bolsista CNPq, Brasil (150343/2017-5)

Brasil

Fabiane Santana Previtali²

fabiane.previtali@gmail.com

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Brasil

RESUMO

O trabalho analisa a educação escolar e a formação do jovem trabalhador no Brasil. Primeiramente se discute o desenvolvimento e consequências da organização escolar do modelo econômico capitalista e em seguida a estrutura educacional no Brasil no período de 1990 até 2014.

Procura-se problematizar a utilização da instituição escolar como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante e a estagnação da sociedade reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante, revelando determinismos da educação universalizada e a dualidade em ensino propedêutico e profissionalizante. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) são expostos e discutidos na distribuição da força de trabalho e também na distribuição e evolução das matrículas nas diferentes

¹ Pós-doutorando na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) sob supervisão do prof. Dr. Afrânio Mendes Catani.

² Pesquisadora CNPq/PQ e FAPEMIG/PPM.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

modalidades de ensino, pública e privada, vinculando-se às políticas educacionais.

Para que a educação cumpra um papel transformador, o que deveria ser buscado e sem dissimulações é a melhoria da qualidade da educação básica pública. Uma qualidade que necessariamente trabalha a qualificação humana, omnilateral, e não apenas voltada para o mercado, para a "empregabilidade".

Nos anos 1990 houve a afirmação do modelo neoliberal com o governo Collor de Mello passando por Itamar Franco e culminando com o governo de Fernando Henrique Cardoso até 2002. Após 2002 quando assume o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente Dilma Rousseff, houve a implantação de políticas sociais amplamente estendidas à classe trabalhadora com a inclusão dos mais pobres, aparente melhora da situação dos trabalhadores, porém, ainda beneficiando o capital.

Nos anos 1994 até 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual iniciou-se com a política econômica do Plano Real e estancamento da galopante inflação brasileira, destaca-se uma série de acontecimentos de relevante importância para a educação brasileira, como: a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, a Reforma da Educação Profissional, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, tendo já outra versão em 2014. Mais recentemente houve, voltados para a educação básica, a extensão do ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, a obrigatoriedade e gratuidade da pré-escola (4 anos) até o ensino médio (17 anos), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTE) e voltados para o ensino superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

ABSTRACT

The paper analyzes the school education and the educational background of young workers in Brazil. First, the development and consequences of the school organization of the capitalist economic model are discussed. And then the educational structure in Brazil from 1990 to 2014.

The intention is to problematize the use of the school as a means of control and imposition



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

of a dominant hegemony and the stagnation of the reproductive society only of this hegemony, without any intention of alteration in the prevailing order, revealing determinisms of the universalized education and the duality in propaedeutic and vocational training. Data from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) and Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) are exposed and discussed in the distribution of the workforce and also in the distribution and evolution of enrollments in the different modalities of education, public and private, being linked to educational policies.

In order for education to play a transforming role, what should be pursued without dissimulation is the improvement of the quality of public basic education. A quality that necessarily works the human qualification, omnilateral, and not only focused on the market, for "employability."

In the 1990s the neoliberal model was affirmed with the Fernando Collor de Mello government passing through Itamar Franco and culminating with the government of Fernando Henrique Cardoso until 2002. After 2002, when the Partido dos Trabalhadores (PT) with Luiz Inácio Lula da Silva and later Dilma Rousseff assumed the government, there was the implementation of social policies broadly extended to the working class with the inclusion of the poorest, apparent improvement of the situation of workers, however, still benefiting capital.

From 1994 to 2002, in the government of Fernando Henrique Cardoso, which began with the economic policy of the Real Plan and stagnation of the rampant Brazilian inflation, a series of important events for Brazilian education are highlighted, such as: the enactment of the Law Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) in 1996, the Professional Education Reform, the Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) and the implementation of the Plano Nacional de Educação (PNE) in 2001, having already another version in 2014. More recently, in basic education, we have increased the obligatory elementary education period, with a duration of 9 (nine) years. Yet in basic education, we also had the compulsory and gratuity of the pre-school (4 years old) to high school (17 years old), the Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) and the Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Tecnológica (SISUTEC). In higher education, we had the Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) and the Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Palavras chave

Educação básica, força de trabalho, formação.

Keywords

Basic education, workforce, educational background.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução.

Nos anos 1990 houve a afirmação do modelo neoliberal com o governo Collor de Mello passando por Itamar Franco e culminando com o governo de Fernando Henrique Cardoso até 2002. Após 2002 quando assume o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente Dilma Rousseff, houve a implantação de políticas sociais amplamente estendidas à classe trabalhadora com a inclusão dos mais pobres, aparente melhora da situação dos trabalhadores, porém, ainda beneficiando o capital.

Nos anos 1994 até 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual iniciou-se com a política econômica do Plano Real e estancamento da galopante inflação brasileira, destaca-se uma série de acontecimentos de relevante importância para a educação brasileira, como: a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, a Reforma da Educação Profissional, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001. Mais recentemente temos, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2011, o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTECH), em 2012 e voltados para o ensino superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 2001 e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004.

A obrigatoriedade na frequência escolar pode ser analisada de maneira positiva quando se esta tirando as crianças e jovens da rua e negativa dependendo do que esta se ensinando nas escolas em diferentes contextos sociais e culturais.

A instituição escolar pode ser utilizada como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante de uma sociedade estagnada reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante.

A obrigatoriedade na frequência escolar pode ser observada já na Reforma do Ensino Primário feita pelo Decreto Lei n. 8529 de 02 de janeiro de 1946, denominado Lei Orgânica do Ensino Primário. No seu artigo 41 encontra-se que “O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares.”. A Constituição Federal promulgada também em 1946 traz em seu artigo 168, quanto a legislação do ensino, a adoção da obrigatoriedade do ensino



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

primário. Destaca-se que a previsão legal da obrigatoriedade só se concretiza em contextos políticos, sociais e econômicos que permitam tanto o desenvolvimento de estruturas para sua execução quanto o desenvolvimento da execução da própria ação por parte dos envolvidos, e naquele momento o Brasil não se encontrava de forma propícia a plena execução da lei.

Assim somente em 1961, 15 anos após, é que foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que previa em seu artigo 27 a obrigatoriedade do Ensino Primário a partir dos sete anos, obrigatoriedade esta que pode-se ter como importante na formação de uma conjuntura que também obrigava o oferecimento do determinado ensino, mesmo que de forma controlada pela classe dominante. Porém não podemos deixar de mencionar que nessa mesma lei, previa-se condições de exceções quanto a sua execução, ou seja, a comprovação de estado de pobreza do pai ou responsável, a insuficiência de escolas, matrícula encerrada e doença ou anomalia grave da criança, condições não raras da população brasileira da época. Segundo Flach (2011, p. 294),

o poder público mostrou-se incapaz de efetivar os mecanismos adequados para cumprir o dispositivo legal, seja ampliando o número de vagas e escolas, a contratação de professores formados para tal tarefa e, ainda, instituir mecanismos que fiscalizassem e garantissem que os pais ou responsáveis matriculassem as crianças, além de destinar recursos adequados para tal. Dessa forma, a previsão ficou no nível da formalidade e não no da realidade concreta dos brasileiros.

Já sob a ditadura militar a obrigatoriedade do ensino sofreu uma alteração quando foi aprovada a Lei 5692 que propunha uma nova forma de organização dos níveis escolares, do antigo primário e ginásio para o ensino de 1º e 2º graus passando de 4 para 8 anos de obrigatoriedade, ou seja, dos 7 aos 14 anos de idade. Segundo Flach (2011), mais uma vez letra morta pois não existiam recursos materiais e humanos para atender a demanda existente, além de a própria lei estabelecer a possibilidade de antecipação da iniciação para o trabalho quando a obrigatoriedade não fosse alcançada.

A educação teve a sua obrigatoriedade confirmada pela Constituição Federal de 1988 e pela segunda Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996, agora Ensino



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Fundamental. Em 2006 com a Lei 11.274/06, que alterou para 9 anos a duração do Ensino Fundamental, também a obrigatoriedade passou para 9 anos e em 2009 com a Emenda Constitucional nº 59 e a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a obrigatoriedade de frequência escolar passou a ser desde os 4 anos de idade até 17 anos, ou seja, um período de 14 anos. Tempo suficiente para formar o trabalhador de forma cidadã ou alienada, dependendo da cultura³ escolar em que este estiver inserido.

³ Entende-se cultura de forma ampla, envolvendo toda a criação de valores, costumes resultantes das relações entre os homens e destes com a Natureza por meio do trabalho. Ver Saviani (2007), Frigotto (2009) e Manacorda (2011).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico.

Para Lucena (mimeo), em que pese as bases do neoliberalismo serem construídas ainda no governo Figueiredo (1979/1985), é sob o governo de Collor de Melo⁴ que se torna um programa de governo sistematizado. Segundo o autor, o crescimento da dívida externa, bem como a concordância política com os princípios econômicos hegemônicos internacionais justificaram a adesão ao neoliberalismo.

Os avanços das políticas neoliberais reforçam a tendência da transformação do setor educacional com objetivos empresariais de grandes lucros. A Organização Mundial do Comércio (OMC), fundada em 1995, que consiste numa instituição criada com o propósito de promover a liberalização do comércio entre os países-membros nas mais diversas áreas e questões, abarcando inclusive aspectos que não se restringem ao comércio de bens materiais. Dessa forma, inclui, no âmbito de suas regras e negociações, áreas antes não reguladas por critérios comerciais e mercantis, tais como os serviços educacionais e os relacionados aos direitos de propriedade intelectual. Em documento de 1991, intitulado *Services Sectoral Classification List*, a OMC já traz o setor educacional em seus diferentes níveis e formas caracterizadas como serviços.

Os membros da OMC são representantes dos governos, autoridades centrais, regionais ou locais, e órgãos não-governamentais, desde que estejam representando oficialmente aqueles governos ou autoridades. E serviços é entendido como qualquer serviço, com a condição de que não sejam prestados no exercício de autoridade governamental, isto é, que sejam passíveis de ser operados numa lógica comercial, baseada na competitividade e no lucro (OMC, 1995). O Brasil é membro da OMC desde a sua criação em 1995 e não tem acordos assinados no âmbito da OMC na área da educação, ou seja, este setor não é liberado dentro da OMC, o que não quer dizer que a educação não está virando um serviço no Brasil. Essa situação pode ser vista como estratégia que privilegia apenas alguns investidores na área da educação, já que no caso do Ensino Superior o maior grupo privado, a Kroton, apresentou em seus resultados uma receita líquida de 2,9 bilhões e um lucro líquido de 1,2 bilhões no primeiro semestre de 2017 (RESULTADOS 2T17, 2017).

⁴Collor de Melo governou o país entre março de 1990 até dezembro de 1992, quando renunciou após ter sido condenado em processo de Impeachment.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mas a questão vai muito além da financeira no caso da educação, visto que esta, sendo classificada como um serviço, descaracteriza-se de um direito e vincula-se o alcance a quem possa pagar, transformando a educação em uma mercadoria, longe dos objetivos da formação de um cidadão, sua função primordial, como direito de todos e dever do Estado (CF Brasil, 1988). A educação é parte que integra a sociedade. Se não vejamos.

Em um contexto histórico, destacamos o trabalho de Jean Hébrard, “A escolarização dos saberes elementares na época moderna”, em que ele faz um estudo da história das disciplinas e começa interrogando a pertinência da inclusão dos saberes elementares tais como ler, escrever e contar, demonstrando ao longo do texto as intensas trocas estabelecidas entre a sociedade e a escola que foram configurando saberes sociais em escolares nos séculos XVI, XVII e XVIII (VIDAL, 2005, p. 7).

Na análise sobre a evolução da cultura material escolar feita por Souza (2007), se entende cultura material escolar como um recorte do universo da cultura material especificado em um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada incluindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, novas tecnologias de ensino e também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social ao longo dos tempos. O autor destaca que o desenvolvimento da instituição escolar em seu aspecto físico é cheio de intenções políticas, econômicas, homogeneizadoras, limitantes e controladoras.

Segundo SAVIANI (2012) pode-se distinguir diferentes teorias educacionais que podem estar sendo aplicadas na educação escolar. Tais teorias são historicamente determinadas, teoricamente demonstradas e praticamente já aplicadas nas escolas. Saviani (2012) distingue dois grupos de teorias educacionais que se diferenciam principalmente pela maneira como interpretam a relação entre a sociedade e a educação. No primeiro grupo situam-se as teorias que julgam ser a sociedade harmoniosa e que tem como objetivo a integração igual de seus integrantes, a educação surge como uma força de homogeneização e garantias de inserção social igualitária. Neste grupo a educação é vista como autónoma da sociedade na qual é aplicada. O grupo dessas teorias educacionais é denominado de “Teorias educacionais não críticas” e estão incluídas neste grupo as Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista.

Ao contrário do primeiro grupo, no segundo grupo tem-se teorias que interpretam a relação da sociedade com a educação de forma instrumentalista, ou seja, parte-se do princípio que a sociedade é dividida em classes sociais antagônicas, as quais se



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

relacionam a base da força em sua realização material das condições de vida, a educação não tem autonomia perante estas classes sociais e que a classe dominante, de maior força e proprietária dos meios de produção econômico e social, utiliza a educação como ferramenta de produção e reprodução das estratificações da sociedade, perpetuando como classe dominante no poder através dos tempos. O grupo destas teorias é denominado de “Teorias Educacionais Críticas Reprodutivistas” e estão incluídas neste grupo as Pedagogias que tem o Sistema de Ensino como Violência Simbólica, a Escola como Aparelho Ideológico do Estado e a Escola Dual.

Para um melhor e completo entendimento de todas as Teorias Educacionais, ver SAVIANI (2012). Aqui vou me ater em destacar algumas características fundamentais das Teorias Educacionais Críticas Reprodutivistas.

No caso da teoria que tem o Sistema de Ensino como Violência Simbólica tem-se como principais autores Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (1975) que desenvolveram tal teoria na obra A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Os autores desenvolvem condições lógicas de possibilidades de toda e qualquer educação para toda e qualquer sociedade de toda e qualquer época ou lugar. O sistema de ensino é definido como uma modalidade específica de violência simbólica por meio de proposições intermediárias que tratam, sucessivamente, da ação pedagógica, da autoridade pedagógica e do trabalho pedagógico incidindo sobre a escola como instância pedagógica. Os autores têm que as relações de força entre os grupos se dão na expressão materialista das condições de vida dos sujeitos e que na base e na determinação dessa materialidade tem-se um sistema de relações de força simbólica que reforça, por dissimulação, as relações de força material.

Neste interim a violência é simbólica pela forma dissimulada em que as relações de força se produzem e reproduzem no reconhecimento da dominação e de sua legitimidade pelo desconhecimento de seu caráter de violência explícita. Assim, segundo Saviani (2012) à violência material (dominação econômica) exercida pelos grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominadas corresponde a violência simbólica (dominação cultural). Dominação cultural que pode se dar pelos meios dos sistemas de ensino, religiosos, atividades artísticas, propagandas e modas, formação de opinião pelos meios de comunicação em massa e até educação familiar.

Especificamente no caso do sistema de ensino, o trabalho pedagógico tem uma forma secundária de existência, sendo o primário a educação familiar, com a existência institucionalizada na forma de trabalho escolar. O trabalho escolar, como uma ação



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pedagógica, tem como objetivo a inculcação que deve durar um tempo suficiente para criar habitus como produto da interiorização de princípios culturais arbitrários capazes de se perpetuarem mesmo com a cessação da ação pedagógica (BOURDIEU e PASSERON, 1975). Tais princípios culturais são definidos pelo grupo dominante.

A teoria que tem a escola como Aparelho Ideológico de Estado é muito bem abordada e embasada teoricamente por Louis Althusser em sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 1971). Nesse, o autor distinguiu os aparelhos de Estado, em Repressivos e Ideológicos, todos tendo como função a reprodução das condições de produção do sistema econômico vigente e para isso a reprodução das forças produtivas e das relações de produção econômica e social existentes.

Como exemplos de aparelhos repressores do Estado poderíamos citar estariam o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais e as prisões e como exemplos de aparelhos ideológicos do Estado teríamos o religioso, o familiar, o político partidário, o sindical, o informativo, o cultural e o escolar. Segundo Althusser (1971), tais aparelhos se distinguem pela sua forma de ação, os repressivos agindo primariamente e massivamente pela violência e secundariamente pela ideologia e, de maneira inversa, os ideológicos agindo primariamente e massivamente pela ideologia e secundariamente pela violência. Focando-se principalmente no contexto ideológico temos que esse se expressa através de uma materialidade concreta, radicadas em práticas materiais por rituais materiais em instituições materiais.

Althusser destaca que nas sociedades capitalistas maduras a materialização do contexto ideológico se dá principalmente no Aparelho Ideológico Escolar, para isso a escola toma para si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos de audiência obrigatória saberes determinados pela classe dominante. Todos estão envolvidos no processo de produção e reprodução do sistema, mesmo aqueles que chegam no topo da pirâmide escolar e principalmente estes, que vão ocupar postos de agentes da exploração, no sistema produtivo, postos de agentes da repressão, nos aparelhos repressivos, e postos de profissionais da ideologia nos aparelhos ideológicos. Assim a possibilidade não rara de profissionais docentes que não têm sequer um vislumbre de dúvida quanto ao trabalho que o sistema lhes obriga a fazer e pior dedicam-se com todas as forças a realização deste trabalho.

Na terceira teoria que é desenvolvida e embasada teoricamente pelos autores franceses Christian Baudelot e Roger Establet no livro *L'École Capitaliste em France* (1971) encontramos a definição do que Saviani (2012, pg. 24) chama de Teoria da Escola



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Dualista, “os autores se empenham em mostrar que a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesa e o proletariado”.

Tais redes são denominadas especificamente como rede secundária-superior e rede primária-profissional, que atravessam todo o sistema escolar, sendo organizadas desde a escola primária até a superior. A rede secundária-superior é destinada a classe burguesa e rede primária-profissional é destinada a classe proletária. Mesmo a formação recebida na rede primária-profissional tem função ideológica, semelhante a teoria de Althusser, quando sujeita o proletariado à ideologia burguesa sob um disfarce pequeno-burguês qualificando o trabalho intelectual e desqualificando o trabalho manual, impedindo o desenvolvimento da ideologia do proletariado, que tem origem e existência fora da escola, nas massas operárias e em suas organizações. Em face da cultura burguesa, oferece apenas seu subproduto, assim o trabalhador não ascende socialmente e também não se identifica com a categoria que pertence.

Ressaltamos também a inserção de novas tecnologias na materialidade escolar e seu significado quanto ao sentido educativo e a correlação com a evolução científica aplicada ao sistema produtivo. A escola pode então ser ferramenta de condução/adaptação não de pessoas em sua constituição individual, mas de verdadeiras populações e o que mais interessa ao sistema manipular é a População Economicamente Ativa.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia.

Os procedimentos de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho podem ser sistematizados como:

- Estudo bibliográfico: levantamento e análise de autores que discutem os processos de transformações na relação Trabalho e Educação.
- Estudo documental: levantamento e análise de programas e projetos voltados para a formação do jovem trabalhador, incluindo leis, decretos federais, projetos de leis, dados do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério do Trabalho e Emprego e demais documentos que indiquem as políticas educacionais governamentais no Brasil.
- Estudo de dados: levantamento e análise de dados oficiais divulgados por órgãos autorizados pelo governo do Brasil com produção de tabelas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análises e discussão de dados.

Em apresentação do então ministro da Educação Aloizio Mercadante (SISUTEC, 2013) foi divulgado que as 239.792 vagas autorizadas pelo sistema SISUTEC apresentavam-se distribuídas, de acordo com a dependência administrativa, da seguinte maneira: 17.931 (7,48%) no Sistema S (SENAI e SENAC), 24.518 (10,22%) nas instituições públicas (Institutos Federais, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Escolas Estaduais e Municipais) e 197.343 (82,3%) nas instituições privadas (Institutos de Ensino Superior e Escolas Técnicas).

No segundo semestre de 2014 foram 289.341 vagas, sendo 10.457 (3,6%) vagas para instituições públicas, 30.996 (10,7%) no sistema S (Senai e Senac) e 247.888(85,7%) vagas para as instituições privada e no ano de 2015 a previsão é de 12 milhões de vagas (SISUTEC, 2015).

Embora a legislação preveja a possibilidade de continuidades nos estudos dos estudantes provenientes da Educação Profissional do Ensino Técnico de nível médio na Educação Superior, observa-se através dos dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que a porcentagem dos estudantes da Educação Superior provenientes da Educação Profissional é bem baixa e que a grande maioria é proveniente do Ensino Médio tradicional (Tabela 1).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 1 - Número de Estudantes da Educação Superior segundo o tipo de curso do Ensino Médio que cursou.

Tipo de Curso no Ensino Médio	Ano		
	2009	2010	2011
Ensino Médio Tradicional	448.841 (40,6%)	233.961 (36,0%)	216.575 (57,6%)
Profissionalizante Técnico	69.848 (6,3%)	24.940 (3,8%)	34.209 (9,1%)
Profissionalizante Magistério	18.411 (1,7%)	9.911 (1,5%)	39.713 (10,6%)
Educação de Jovens e Adultos / Supletivo	31.186 (2,8%)	13.720 (2,1%)	15.376 (4,1%)
Outros	5.684 (0,5%)	2.619 (0,4%)	3.324 (0,9%)
Respostas em Branco	526.649 (47,7%)	363.392 (55,9%)	65.705 (17,5%)

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do Enade dos anos 2009, 2010 e 2011 (INEP, 2009, 2010 e 2011).

Em questão semelhante do questionário socioeconômico dos vestibulares da Universidade de Campinas (UNICAMP) no período de 1995 até 2014 observa-se porcentagens de estudantes matriculados provenientes do Ensino Técnico de nível médio pouco maior que os dados anteriores, mas ainda bem menores e diminuindo com o passar dos anos (Tabela 2) (UNICAMP, 2014).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 2 – Porcentagem de estudantes matriculados na Educação Superior da Universidade Estadual de Campinas segundo o Tipo de Curso feito no Ensino Médio no período de 1995 até 2014.

Ano	Tipo de Curso no Ensino Médio		
	Técnico	Tradicional	Outros
1995	22,7	73,1	4,2
1996	21,5	71,7	6,8
1997	22,1	72,9	5
1998	22,5	71,9	5,6
1999	24,8	70,3	4,9
2000	24,5	71,7	3,8
2001	22,1	74,5	3,4
2002	21,4	75,3	3,3
2003	19,7	77,5	2,8
2004	15,9	80,2	3,9
2005	16,3	79,5	4,2
2006	16,7	77,8	5,5
2007	16,0	79,4	4,6
2008	14,8	79,7	5,5
2009	13,5	82,0	4,5
2010	13,0	82,3	4,7



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2011	13,8	82,0	4,2
2012	14,6	81,7	3,7
2013	12,5	84,2	3,3
2014	14,8	81,7	3,5

Fonte: Elaborado a partir de dados do Perfil Socioeconômico dos Inscritos e Matriculados nos vestibulares da Universidade Estadual de Campinas.

Entre os estudantes ingressantes na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) no período de 2002 até 2012, as porcentagens dos estudantes do Ensino Técnico de nível médio são ainda menores que da Unicamp e também diminuem com o passar dos anos (Tabela 3) (UNESP, 2012).

Tabela 3 - Porcentagem de Estudantes ingressantes na Educação Superior da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) segundo o Tipo de Curso feito no Ensino Médio no período de 2002 até 2012.

Ano	Tipo de Curso no Ensino Médio		
	Técnico	Tradicional	Outros
2002	10,41	87,96	1,63
2003	8,81	89,72	1,47
2004	8,02	89,51	2,47
2005	7,00	89,00	4,00
2006	5,80	89,54	4,65
2007	5,19	88,07	6,64
2008	4,40	92,30	3,30



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2009	3,98	92,59	3,43
2010	3,80	93,30	2,90
2011	5,00	93,00	2,00
2012	4,00	93,00	3,00

Fonte: Elaborado a partir de dados do perfil dos ingressantes no Anuário Estatístico da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

A População Economicamente Ativa, de acordo com os conceitos principais das notas metodológicas da pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2013), compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.

A população ocupada é composta pelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) e são classificadas em: Empregadas, Conta Própria, Empregadores e Não Remunerados.

A população desocupada é composta pelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2013), a população economicamente ativa de seis regiões metropolitanas, quais sejam, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foi estimada, em maio de 2013, em 24,4 milhões de pessoas.

Como podemos observar na Tabela 4 a grande maioria desta população passou por um tempo de no mínimo 11 anos de escola em todas as regiões metropolitanas, apresentando no total das seis áreas 63,1 %. Seja lá o que for que tenha sido trabalhado durante todo este período, de melhor ou pior qualidade, 11 anos, quase o ensino fundamental e médio juntos, faltando apenas um ano, é tempo suficiente para constituir valores, formar opiniões e produzir ou induzir comportamentos e hábitos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 4 - População economicamente ativa (%) com Diferentes Anos de Estudo, por região metropolitana, em maio de 2013.

	Total das seis áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sem instrução e menos de 1 ano	1,3	2,1	1,1	1,7	1,5	1,2	0,7
1 a 3 anos	2,7	3,4	3,3	2,8	2,8	2,4	2,8
4 a 7 anos	15,9	17,5	14,6	18,0	14,7	15,3	19,1
8 a 10 anos	16,9	14,4	15,7	18,1	16,8	16,7	20,1
11 anos ou mais	63,1	62,2	65,2	59,4	64,1	64,3	57,2

FONTE: Elaborada a partir de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2013.

Como podemos observar na Tabela 5, a maior parte, 85,6%, da população economicamente ativa é homogeneamente distribuída entre as principais atividades propulsoras e mantedoras do sistema capitalista, ou seja, 16,0% se encontram na indústria e energia, 18,7% no comércio, 16,0% nas finanças, 17,1% na educação, saúde e administração pública e 17,8% nos transportes.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 5 - Distribuição da população ocupada, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade em maio de 2013.

Grupa- mentos de atividade	Total seis Áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
A	16,0	11,3	9,3	16,1	12,0	19,6	20,0
B	7,7	8,3	8,5	9,2	7,5	7,1	8,1
C	18,7	22,3	22,2	18,9	17,9	17,6	19,6
D	16,0	15,7	16,9	14,7	16,1	16,4	14,7
E	17,1	18,7	17,9	17,5	19,7	15,0	17,5
F	6,2	7,5	7,1	6,1	6,5	6,1	4,5
G	17,8	15,5	17,4	16,8	19,7	18,0	15,1

A - Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.

B - Construção.

C - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

D - Serviços prestados a empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

E - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

F - Serviços domésticos.

G - Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais).

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2013.

A importância de uma força de trabalho adequadamente preparada e controlada reflete diretamente nos custos da produção e conseqüentemente na obtenção do lucro. Em dias de fácil comunicação e inovações informacionais, esta tarefa, de preparação e controle do trabalhador, vai se desenvolvendo em uma dinâmica dialética que, ao mesmo tempo, beneficia e dificulta a reprodução do sistema capitalista, visto que este mesmo trabalhador também adquire habilidades de mobilização em maior número e em menor tempo, com maior quantidade de informação.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões.

Um destaque que merece muita atenção é a meta 11 do Plano Nacional de Educação que prevê triplicar as matrículas, e não a oferta de vagas, da Educação Profissional técnica de nível médio tendo como uma de suas estratégias (LEI N. 13.005/2014).

A falta de regulamentação suficiente que contemplem normas de cooperação dos sistemas de ensino entre os estados, distritos e municípios ocasiona lacunas de articulação entre estas unidades federativas resultando em descontinuidades de políticas, desarticulação de programas e insuficiência de recursos, facilitando desta maneira a promoção de programas experimentais, irresponsáveis de viés utilitários, imediatistas, de contenção de recursos e sem comprometimento com a formação humanística do jovem trabalhador.

Assim, o que se observa claramente é uma dissimulação na justificação quanto as análises da educação escolar, fundamentalmente na educação básica em seus ensinamentos fundamental e médio, de necessárias alterações na sua organização para torná-la mais atrativa dando uma ênfase maior em aprendizagens de maior praticidade em detrimento de aprendizagens cognitivas. A real intenção é organizar os sistemas de ensinamentos municipal e estadual de forma utilitarista, preparando e orientando a grande maioria dos jovens da classe trabalhadora para o mercado de trabalho, com a gravidade de ser um preparo prematuro, terminal e limitado. Prematuro devido a fase de desenvolvimento que se encontram os estudantes em seus anos iniciais de estudo, terminal porque, embora permita-se a continuidade dos estudos no ensino superior, a base cognitiva essencial para a continuidade dos estudos é prejudicada e limitada devido as próprias características do mercado de trabalho, que se apresenta dinâmico com mudanças rápidas vinculadas ao desenvolvimento e inserção de novas tecnologias.

Tal determinismo recai amplamente sobre a formação dos jovens trabalhadores, já que a ampla maioria se encontra nas escolas de ensino público, que já excluídos pelas suas condições sociais e materiais de vida, também são excluídos quando são envolvidos em todas essas dissimulações.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 10 set. 2017.

DECRETO LEI N. 8529 de 02 de janeiro de 1946. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 out. 2017.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59 de 11 de Novembro de 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 1 set. 2017.

FLACH, S. F. Direito à Educação e Obrigatoriedade Escolar no Brasil: Entre a Previsão Legal e a Realidade. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.43, p. 285-303, set2011.

FRIGOTTO, G. A Polissemia da Categoria Trabalho e a Batalha das Ideias nas Sociedades de Classe. Revista Brasileira de Educação. V. 14 N. 40. Jan./Abri. 2009. p. 168 – 194.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Microdados do Enade 2009, 2010 e 2011. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados> Acesso em: 22 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa

Mensal de Emprego. Brasília/DF: Maio 2013. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201305pubCompleta.pdf Acesso em: 08 jul. 2013.

KROTON RESULTADOS 2T17, 2017. Disponível em:

http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=493124BA-1014-40B1-89E2-D2B5E7511EED Acesso em 10 de nov. 2017.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL 1961. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 15 out. 2017.

LEI 5692. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

Acesso em 20 set. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 25 abr. 2017.

LEI 11.274/06. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm Acesso em 10 de out. 2017.

LEI N. 12.796 de 4 de abril de 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em: 01 set. 2017.

LEI N. 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 5 mai. 2015.

MANACORDA, M. A. Marx e a Formação do Homem. Revista HISTEDBR on line. Número especial. Abril 2011. p. 6 – 15.

OMC, 1995. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/805-omc-organizacao-mundial-do-comercio> Acesso em 10 de nov. 2017.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas – SP. Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V. 12 N. 34. Jan/Abri. 2007. p. 152 – 165.

SISUTEC, 2013. Discurso do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, na apresentação do Sisutec realizada no dia 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18947:selecao-unificada-abre-inscricoes-nesta-terca-para-2397-mil-vagas&catid=209&Itemid=86. Acesso em: 08 Agos. 2013.

SISUTEC. Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica. Vai se Inscrever no Sisutec 2015? 2015. Disponível em: <http://www.sisutec.com.br> Acesso em: 20 mai. 2015.

SOUZA, R. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org). Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas. São Paulo: Cortez. 2007. p 163-189.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Anuário Estatístico 2012. 2012. Disponível em:

http://www.unesp.br/ape/mostra_arq_multi.php?arquivo=9453 Acesso em: 25 mai. 2015.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. Perfil Socioeconômico dos Inscritos e Matriculados nos vestibulares dos anos 1995 até 2014. Disponível em:

<http://www.comvest.unicamp.br/estatisticas/perfil/perfil.html> Acesso em: 25 mai. 2015.

VIDAL, D. Cultura e Práticas Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares, In: SOUZA, R.; VALDEMARIN, V. T. (Orgs). A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas/SP: Autores Associados. 2005. p 3-30.

WTO, *Services Sectoral Classification List*, 1991. Disponível em:

https://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/serv_sectors_e.htm Acesso em 15 out. 2017.